

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na Grande Conferência da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional “Portugal no Mundo: Grandes Questões”**

Fundação Champalimaud, Lisboa, 23 de novembro de 2019

Quero sublinhar o quanto valorizo esta iniciativa e o quanto valorizo o facto de a associação assumir militantemente o seu papel de formação dos elos entre os auditores, fazendo-o da forma mais apropriada, que é suscitando o debate sobre temáticas que foram objeto de discussão durante o período do curso, mas que requerem sempre atualização na medida em que estamos perante mudanças muito significativas, muito rápidas na envolvente internacional e nas condicionantes das nossas próprias questões de segurança e de defesa em Portugal.

Tive oportunidade, quando estive com a associação na inauguração da nova sede, de sublinhar a importância que lhe atribuo e, portanto, pareceu-me que também deveria estar convosco esta manhã, porque admito que esta iniciativa seja precisamente característica do tipo de utilidade que esta associação pode ter depois de concluído o curso.

Aproveitando esta oportunidade, queria trazer-vos reflexões sobre as questões das alterações climáticas, inovações tecnológicas e cooperação no domínio da Defesa.

Há dois dias, lançámos o Centro para a Defesa do Atlântico, um mecanismo que visa permitir que Portugal tenha um papel central no desenvolvimento de mecanismos de segurança colaborativa e disseminação de doutrinas comuns e um conhecimento situacional partilhado em torno do Atlântico, contando com os contributos dos países do Atlântico.

Esse seminário de lançamento do Centro contou com cerca de 30 especialistas de 15 países e diversas organizações internacionais, tendo como objetivo procurar mapear o conjunto de preocupações centrais que poderiam nortear o trabalho do

Centro. Em todas as intervenções, a preocupação central foram as alterações climáticas e o impacto que poderão ter nas mais diversas características relacionadas com o Oceano Atlântico e com consequências para a Defesa. Não era algo que estivesse no desenho que fizemos para os trabalhos desse dia, mas surgiu como resultado das participações dos peritos.

Portanto, representa para mim uma evidência de que estamos perante algo que já merece uma consciência alargada, o que não é a mesma coisa que dizer que é algo para o qual já tenhamos respostas. Respostas para o domínio da mitigação, isto é, da redução da natureza das alterações climáticas, ou no domínio da adaptação, da nossa capacidade de resposta à medida que essas alterações surgem. Ainda não temos respostas nem num campo nem no outro, mas temos consciência alargada na generalidade dos decisores, das instituições e dos países que tratam desta matéria.

Cito aqui António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, que diz que “estamos a perder esta corrida contra as alterações climáticas”. Diz ainda que “precisamos de ação mais concreta”. Ora, Portugal está comprometido com o Acordo de Paris, mas temos de ter consciência de que para cumprirmos as nossas metas, precisamos de um envolvimento coordenado de todas as áreas de governação. Isto não é uma matéria só para o Ambiente, isto é uma matéria que tem de envolver uma abordagem consciente e propositada por parte todas as áreas de governação e, mais do que isso, por parte de toda a sociedade.

É evidente que o Governo tem aqui uma responsabilidade particular porque, nessas funções, pode criar os estímulos apropriados para que a sociedade responda. Mas por outro lado, é evidente que não somos uma China, que pode tomar uma

decisão e implementá-la em toda a linha, independentemente do que possam ser as opiniões diversas de uma sociedade plural. A nossa realidade é outra e, portanto, precisamos de trabalhar com a sociedade, tendo uma responsabilidade particular nos instrumentos de governação. A mensagem a esse respeito é de que temos de continuar e acho que o trabalho desta associação é fundamental para difundir uma melhor compreensão sobre a natureza do desafio com que nos confrontamos. Portanto, o trabalho coordenado é fundamental e o trabalho dentro da sociedade é essencial para respondermos ao nosso desafio. É um desafio modesto porque Portugal é um país pequeno, com impacto reduzido sobre as alterações climáticas globais, mas é esse o nosso país e é essa a nossa obrigação.

Obviamente, quando falo de cada um assumir as suas responsabilidades, nós na Defesa também temos algumas responsabilidades. Desde logo, a responsabilidade de preparar os

nossos instrumentos para utilização em circunstâncias em que as alterações climáticas têm os seus impactos. Estou aqui a pensar, em particular, na melhoria da nossa capacidade de resposta face a fenómenos naturais extremos, que são uma das características das alterações climáticas. Este ano, tivemos o furacão nos Açores, tivemos as cheias em Moçambique, na Beira. Em ambos os casos, as Forças Armadas acorreram de forma rápida e eficaz, e embora seja sempre muito difícil estabelecer ligação entre qualquer fenómeno climático e a questão mais ampla das alterações climáticas, tudo indica que vamos ver uma maior frequência de fenómenos extremos e, portanto, de catástrofes naturais impactadas por aquilo que o Ser Humano foi fazendo no planeta.

Temos de preparar as nossas Forças Armadas para esse efeito. Já estão razoavelmente preparadas, mas eu diria que na arquitetura das Forças Armadas para as próximas décadas, temos de reforçar esta dimensão do duplo uso civil e militar dos instrumentos que

as Forças Armadas têm e que permitem que as Forças Armadas tenham um papel que é insubstituível. Não há mais nenhuma instância que tenha uma fragata que possa chegar em dois dias aos Açores e um navio reabastecedor, como foi o caso depois do Furacão Lourenzo, que permita a normalidade na Ilha das Flores, e que sem esse apoio não teria sido o caso. Nem apareceu particularmente na imprensa, não teve o destaque que penso que mereceria exatamente porque foi possível, com pouco alarido, dar continuidade à vida relativamente normal no contexto de catástrofe. Sem a fragata, sem o navio reabastecedor, teria sido necessário levar combustível por avião, haveria racionamento de combustível, o aprovisionamento de bens essenciais na Ilha das Flores seria feito por ar. Aí sim, teríamos seguramente muita atenção mediática, mas devido à reação das Forças Armadas, foi possível trazer alguma normalidade para os açorianos, e particularmente para os habitantes da Ilha das Flores.

Este ano, tivemos o momento inaugural do ano letivo do Instituto da Defesa Nacional e felicito a Professora Helena Carreiras por ter convidado o Professor Viriato Soromenho Marques para dar a lição inaugural precisamente sobre o tema de alterações climáticas e a Defesa Nacional. Quero encorajar tanto o Instituto da Defesa Nacional, como a Associação dos Auditores do Curso da Defesa Nacional a continuar a trabalhar este tema porque vai manter-se pertinente e necessário durante o futuro previsível.

Em termos do nosso trabalho de casa, no Ministério da Defesa Nacional, aprovei recentemente a revisão da diretiva ambiental do Ministério da Defesa e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional está a concluir um plano de ação ambicioso para a implementação dessa diretiva ambiental que tem componentes específicas para a energia e para a economia circular, para que as Forças Armadas e as estruturas da Defesa Nacional façam a sua parte na transformação ambiental e energética do país.

Obviamente que outras entidades do universo da Defesa, incluindo o Instituto Universitário Militar, as academias militares e esta associação fazem a sua parte, seja na forma como trabalham, seja nos temas que escolhem para reflexão.

Queremos também aprofundar este tema no âmbito da nossa cooperação com os países da CPLP e no âmbito do nosso trabalho comum com uma instância recente, mas que creio que será de crescente importância, que é a Iniciativa Europeia de Intervenção. Em ambos os casos, podemos, devemos e em alguma medida já estamos a trabalhar para que essas instâncias, no plano europeu e da lusofonia, sejam instâncias que nos permitam responder em conjunto a ameaças ou catástrofes que ocorram. Isto é uma área em que as nossas repostas tipicamente têm de ser internacionalmente coordenadas, portanto nós devemos trabalhar no âmbito das plataformas de cooperação internacional de que fazemos parte.

África está aqui ao lado, nós participamos em várias estruturas, entre as quais, por exemplo, a iniciativa 5+5, com 5 países do sul da Europa e 5 países do norte de África, e aqui também o domínio das alterações climáticas assume uma grande relevância.

O Sahel está precisamente na parte mais a norte do continente africano, é uma das partes do mundo mais afetadas pelas alterações climáticas, há uma expansão do deserto, e nós aqui em Portugal não estamos a salvo desse processo. Ou seja, Portugal está entre os países europeus que serão mais afetados, segundo aquilo que é possível saber em termos das projeções do impacto das alterações climáticas, com tendencialmente alguma desertificação no Algarve e no Alentejo. E, portanto, interessa-nos diretamente estarmos associados a países como esses do Norte de África, que estão já hoje a combater os efeitos das alterações

climáticas, porque nós próprios vamos confrontar-nos com essas realidades nas próximas décadas. Não nos devemos iludir com a ideia de que é possível criar barreiras contra as alterações climáticas ou contra os fenómenos que delas resultam, entre os quais os fluxos migratórios.

É uma fantasia ir por esse caminho, nós para além de termos particularidades democráticas que fazem com que para nós seja muito interessante poder atrair pessoas de outras partes do mundo, mesmo que não o quiséssemos, não deveríamos imaginar que podemos criar barreiras que garantam a nossa estabilidade e segurança demográfica face à realidade das alterações climáticas. A abordagem não pode ser essa, tem de ser uma abordagem cooperativa no sentido de procurar ajudar países mais vitimizados neste momento pelas alterações climáticas, para mitigar os seus impactos.

Passando agora para a temática da inovação tecnológica, nós estamos aqui a olhar para a cristalização de um mundo novo, quando olhamos para os impactos da inteligência artificial na nossa forma de organizar a nossa sociedade.

Fala-se por vezes da quarta revolução industrial. Creio que essa expressão é enganadora porque essa expressão remete-nos para experiências anteriores de experiências transformadoras em que a humanidade deu um salto devido à introdução de novas tecnologias, mas o impacto transformativo da inteligência artificial e das novas tecnologias que hoje em dia se desenvolvem é muito mais profundo e mais disruptivo do que qualquer uma das outras experiências. A expressão de quarta revolução industrial é uma expressão tranquilizadora, porque afinal as outras 3

correram bem, permitiram trazer grandes benefícios para a Humanidade.

Não é que não haja benefícios possíveis hoje ao nosso alcance com a disseminação de conhecimentos completamente novos que resultam, por exemplo na inteligência artificial. Não há qualquer tipo de reflexão aprofundada sobre a forma como as nossas sociedades vão ser reorganizadas em função do alastramento de novas tecnologias que não obedecem, exatamente porque felizmente temos sociedades em que a disseminação do conhecimento não funciona através de canais controlados, mas o impacto disso é que não há nenhum tipo de controlo sobre a forma como as nossas sociedades serão impactadas pela inteligência artificial. Isto parece-me um tema de grande relevância para uma associação como esta, porque os impactos sobre a nossa segurança e defesa são muitos. Claro que a nossa

segurança e defesa também utilizam novas tecnologias de forma instrumental para corresponder às suas missões.

Mal seria, se as nossas Forças Armadas e as nossas forças de segurança não acompanhassem aquilo que se está a passar na sociedade e, aliás, em muitos casos as nossas Forças Armadas estão mesmo na vanguarda daquilo que se passa em termos do aproveitamento de novos conhecimentos.

Contudo, uma coisa é o desenvolvimento de instrumentos específicos para corresponder às nossas missões internacionais e outra coisa é ter uma visão macro para adequar as Forças Armadas aos novos impactos transformativos das novas tecnologias e isso nós não temos, nem nós nem ninguém.

Portugal é um país pequeno, por muito que nos possamos orgulhar, mas o impacto do nosso país vais ser sempre muito limitado nestas matérias.

Mas o que eu vejo é que em instâncias como a NATO, que é uma aliança com países mais desenvolvidos e maior capacidade de reflexão nesta temática, mesmo aí a reflexão é muito insuficiente.

O *NATO Communications and Information Academy*, em Oeiras, é a principal instância de formação para países da NATO, que terá de passar por Oeiras, para efeitos de formação, qualquer coisa como 6 mil pessoas por ano sobretudo dos países da NATO.

Ora, essa criação da academia de comunicação e informações da NATO em Oeiras, é algo que temos de saber valorizar como um elemento que nos permite um *hub*, criando em Portugal um

ambiente propício para o aprofundamento destes temas sobre ciberdefesa, cibersegurança, entre as nossas empresas, universidades, os nossos centros de investigação e desenvolvimento. Estamos a procurar fazer esse trabalho. Por exemplo, num outro âmbito em que também participamos e que mostra como há uma profunda mudança no ambiente em que trabalhamos: a questão da Cooperação Estruturada Permanente da União Europeia. Nós temos hoje em dia, e decidiu-se que vai ficar por aqui durante o próximo ano ou dois porque já são muitos, temos 47 projetos na Cooperação Estruturada Permanente. Portugal lidera dois desses projetos. Um deles é sobre luta antissubmarina e outro é precisamente sobre este âmbito da ciberdefesa em torno da oportunidade criada pela academia de comunicação e informações da NATO em Oeiras. Portanto, estamos a ter uma postura que não é apenas passiva, de acompanhamento daquilo que se está a passar, estamos a ter uma postura que tencionamos que seja ativa e liderante, enfim, à

nossa escala e dentro das nossas possibilidades. Recursos humanos e materiais sempre limitados, mas dando um contributo útil e relevante para o meio em que nos inserimos e que é um meio onde contamos com aliados da NATO, com países parceiros da União Europeia e que é um meio para o qual devemos dar o nosso contributo.

Passando para as nossas indústrias de defesa, já demonstrámos elevada capacidade e qualidade em alguns domínios. É difícil estabelecer uma definição exata do que são indústrias de defesa porque muitas vezes têm utilidades relevantes para o mercado civil. Mas olhando para aquilo que é o universo AED, as indústrias de aeronáutica e de defesa, temos qualquer coisa como 3% do nosso PIB já a advir dessas áreas. Isso é demonstrativo de que as indústrias de defesa têm de ter, têm de merecer, do lado do Estado, do lado do Governo, uma atenção um bocadinho particular.

Estamos a fazer esse trabalho. O setor da aeronáutica em particular é um setor, hoje em dia, muitíssimo importante para o tecido económico do nosso país e acredito que venha a ser ainda mais importante nos próximos anos.

Parte desse dinamismo no setor da aeronáutica, tem a ver como nosso envolvimento num projeto colaborativo com o Brasil, com a Embraer, em particular. Foi o desenvolvimento do avião de transporte KC390, ao qual parece que agora vão chamar Millennium.

O nosso envolvimento no desenvolvimento da engenharia à parte da produção do KC390 teve um efeito de estímulo tremendo sobre as nossas indústrias de defesa.

Há um erro profundo em algumas análises que se fazem. Dizem: “estes aviões são brinquedos para as Forças Armadas. A nossa Força Aérea agora vai ter brinquedos que valem 827 milhões de euros, que a gente até podia fazer mais escolas e contratar mais professores”. Bom, são disparates. Mas são disparates que vamos ouvindo não só em cafés, como na Assembleia da República.

O ponto que eu quero sublinhar é que na realidade o caso do KC390 é uma ilustração muito clara de que a despesa é investimento. Há retorno para o nosso país. Às vezes, e há retornos quantificáveis, estamos a empregar centenas de pessoas em Alverca, em Évora, que estão a contribuir para a construção destas aeronaves. Mas mais significativo é o impacto muito mais difícil de calcular sobre o ambiente de trabalho do setor da aeronáutica em Portugal e que é um estímulo tremendo. Portanto, isto para dizer que em termos de Forças Armadas e da Lei da Programação Militar, o investimento que estamos a fazer é

um investimento que tenciona, na máxima dimensão possível, ser um investimento que tem um impacto positivo sobre o nosso tecido económico. E até agora tem sido possível fazer isso. A Lei da Programação Militar nem um ano tem e tem duração de 12 pela frente, mas até agora estou muito satisfeito com o facto de termos conseguido dirigir o investimento previsto na LPM não só para uma maior capacitação das nossas Forças Armadas com equipamentos novos, mas também um estímulo grande para a nossa economia.

Queria também fazer uma ligação entre as indústrias de defesa, que dedicam uma grande parte do seu esforço à exportação, algo que é muito importante para a estrutura económica do nosso país, e para sublinhar que também no âmbito do trabalho das nossas Forças Armadas, seja nas missões internacionais ou nas atividades, estou a lembrar-me da circum-navegação que o navio-escola Sagres vai fazer em torno do mundo para celebrar os 500

anos da viagem de Magalhães e de Elcano, para projetar o nosso país internacionalmente.

Eu tenho uma experiência anterior no domínio da Política Externa, tenho uma sensibilidade muito concreta quanto ao contributo que as nossas Forças Armadas dão para a nossa Política Externa, a nossa presença, a nossa capacidade de projetar Portugal e portanto, os interesses de Portugal no mundo, e uma coisa que eu penso que não é suficientemente compreendida pela nossa sociedade, pela opinião pública em Portugal, mas que é amplamente compreendida quando falam com os nossos representantes diplomáticos, que é o contributo que as Forças Armadas dão para a presença de Portugal no Mundo. Portugal tem de estar presente no mundo, uma vez que estamos num período em que há uma integração internacional sem precedentes e sem capacidade de nos projetarmos

internacionalmente, dificilmente conseguimos concretizar, corresponder àquilo que são os nossos interesses.

O trabalho que é feito pelas nossas Forças Nacionais Destacadas é um trabalho extremamente valioso a esse respeito.

Umhas palavras finais sobre a cooperação no domínio da defesa. Como disse, herdei uma transformação semântica, mas que não é apenas semântica. A cooperação técnico-militar que durante várias décadas se desenvolveu particularmente com os países da CPLP, nomeadamente com os PALOP, hoje em dia chamamo-la de Cooperação no Domínio da Defesa. A cooperação técnico-militar teve um papel extremamente valioso, por exemplo, ajudando alguns países a reestruturar as suas Forças Armadas na sequência de guerras civis, ajudando no processo de transição de sistemas monopartidários para sistemas multipartidários, o trabalho que

foi feito de estreita interligação, quer nos mecanismos de formação em Portugal, mas lá nesses países, quer através do relacionamento próximo e estreito dos nossos estados-maiores, dos oficiais das Forças Armadas de diferentes níveis, ao nível dos oficiais superiores e particularmente o nível dos oficiais generais. Esse trabalho de ligação próxima com os países africanos de língua oficial portuguesa foi e continuará a ser da maior importância. Mas para além dessa cooperação estritamente militar, nós temos de alargar o trabalho que fazemos com esses nossos países parceiros em termos de cooperação no domínio da defesa, isto é, entendendo o domínio da defesa como algo muito mais amplo.

Há pouco falava da utilização das Forças Armadas como mecanismo de resposta às alterações climáticas, ora, aí já estamos a ir bem para além da cooperação técnico-militar tradicional e a trabalhar com congéneres de países que têm grau variável de capacidade em matéria de defesa, mas ajudando-os também a

fazer com que as suas Forças Armadas sejam relevantes para missões de duplo uso.

Essa transformação da cooperação técnico-militar para cooperação no domínio da defesa passa por alguns objetivos que queria mencionar rapidamente, em termos de concretização desta renovação, desta nova abordagem.

Primeiro, já referi uma visão mais ampla do domínio da defesa e uma partilha dessa visão com os países de quem somos próximos, particularmente os países de língua portuguesa.

Segundo, uma interligação mais consciente e prática daquilo que se faz no domínio da defesa com aquilo que se faz com outros instrumentos da Política Externa portuguesa, em particular no domínio da cooperação. Portanto, temos um maior alinhamento,

hoje em dia, por exemplo, nos nossos planos que eram tradicionalmente trienais, planos de cooperação técnico-militar com os países de língua portuguesa, estão a passar a ser planos quinquenais com o objetivo de se poderem alinhar com os planos da cooperação portuguesa e fazer com que haja uma interligação entre a cooperação no domínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e aquilo que nós fazemos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional. Porquê? Para criar sinergias, para que haja um esforço mútuo, para que haja uma convergência de ideias e de cooperação prática para melhorar e aumentar o impacto positivo nos países com quem trabalhamos e, claro, alinhar também aquilo que são os interesses de Portugal.

Depois, um outro elemento relacionado com esta transformação. Esses países com quem temos relações particularmente fraternas são países que tiveram experiência, exceto São Tomé e Cabo Verde, de missões internacionais das Nações Unidas. Aconteceu

em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, ainda acontece na Guiné-Bissau.

Um dos nossos objetivos é precisamente utilizar essas experiências que cada um teve e mais as nossas experiências que hoje em dia, ao fim de duas décadas de trabalho de Forças Nacionais Destacadas.

Hoje em dia, já temos um acervo muito importante de experiências de conhecimento e ideias sobre como trabalhar em matéria de missões de paz. Portanto, trabalhamos com esses países na prossecução do objetivo de fazer com que sejam eles também a contribuintes para a segurança internacional, através de operações e missões de paz.

No caso dos países de menor dimensão, como Cabo Verde, São Tomé ou Timor-Leste, muito dificilmente esses países poderão ambicionar enviar uma companhia para participar como nós participamos em missões na República Centro-Africana ou no Mali. Contudo, podem enviar contingentes mais pequenos para trabalhar com as nossas Forças Nacionais Destacadas, devidamente enquadrados e preparados através de uma participação comum no trabalho de aprontamento que é feito nos meses que antecedem um envio de um contingente para um teatro de operações.

O que queremos fazer neste âmbito, isto é algo que nós temos vindo a discutir nas nossas reuniões CPLP, no plano ministerial, como nas reuniões com os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, é a criar condições para que haja uma ação cooperativa entre Portugal e países da CPLP em missões de paz. Foi uma ideia que partilhámos em Nova Iorque com as instâncias das Nações

Unidas, que receberam com entusiasmo essa ideia e tem sido bem recebida pelas autoridades dos países de expressão portuguesa, em particular, Timor, Cabo Verde, São Tomé. Angola e Moçambique também, mas esses já têm outra dimensão, outra capacidade e outras condições.

São estas as ideias em relação às quais há possibilidade de aprofundamento muito significativo no âmbito dos vossos trabalhos. Precisamente por essa razão, quis trazer estes pontos àquilo que são as vossas reflexões para o dia de hoje e para outras circunstâncias.

Termino com um agradecimento pela oportunidade de cá estar hoje convosco e uma palavra de grande satisfação e estímulo em relação este evento e ao trabalho de continuidade que a

associação permite fazer em relação aos cursos de Defesa Nacional, que todos frequentámos.

Muitíssimo obrigado.